

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS -- -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

De acordo com o humanismo, as experiências ocorrem dentro de nós e devemos encontrar em nosso interior o sentido de tudo o que acontece, impregnando desse modo o universo de significado. Os dataístas acreditam que experiências não têm valor se não forem compartilhadas e que não precisamos — na verdade não podemos — encontrar significado em nosso interior. Só precisamos gravar e conectar nossa experiência ao grande fluxo de dados, e os algoritmos vão descobrir seu significado e nos dizer o que fazer.

À pergunta “o que faz os humanos serem superiores aos outros animais?” o dataísmo apresenta uma resposta inédita e simples. Em si mesmas, as experiências humanas não são superiores às dos lobos ou elefantes. Cada *bit* de dados é tão bom num caso como no outro. Contudo, um humano pode escrever um poema sobre sua experiência e postá-lo *online*, enriquecendo com isso o sistema global de processamento de dados. Isso confere valor aos seus *bits*. Um lobo não é capaz de fazer isso. Daí que todas as experiências do lobo — por mais profundas e complexas que possam ser — resultam inúteis. Não é de admirar que nos ocupemos tanto em converter nossas experiências em dados. Não é uma questão de tendência ou moda. É uma questão de sobrevivência. Temos de provar a nós mesmos e ao sistema que ainda temos valor. E o valor reside não em ter tido experiências, e sim em fazer delas um fluxo livre de dados.

Yuval Noah Harari. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. Paulo Geiger (Trad.).
1.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 389 (com adaptações).

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 1 Pela organização das ideias expressas no primeiro período do texto, entende-se que o segmento “de significado” exerce a função sintática de complemento do termo nominal “universo”.
- 2 Das relações coesivas do quarto período do segundo parágrafo conclui-se que a forma pronominal “lo”, em “postá-lo”, retoma não um vocábulo específico, mas a ideia expressa na primeira oração do período, motivo por que “lo” se classifica, na oração em que ocorre, como um pronome demonstrativo.
- 3 No início do segundo parágrafo, o emprego da preposição em “À pergunta” justifica-se por sua função de complemento dos termos adjetivos “inédita e simples”.
- 4 No quarto período do segundo parágrafo, o sujeito de referência da oração “enriquecendo com isso o sistema global de processamento de dados” é “um humano”.
- 5 Entende-se da leitura do texto que o dataísmo nega o caráter subjetivo das experiências humanas postulado pelo humanismo.

- 6 Conclui-se da leitura do texto que, de acordo com o dataísmo, a superioridade dos humanos sobre os animais está na possibilidade de os primeiros enriquecerem o sistema global de processamento de dados.
- 7 Deduz-se da leitura do texto que a complexidade e a profundidade das experiências humanas ou de outro animal são indiferentes no dataísmo.
- 8 Depreende-se do modo como o autor se posiciona no texto que ele é um crítico do humanismo.
- 9 Estariam mantidas as relações sintático-semânticas estabelecidas no último período do texto, bem como a coerência de suas ideias, caso se deslocasse, no trecho “E o valor reside não em ter tido experiências”, o vocábulo “não” para imediatamente depois da preposição “em”.
- 10 A oração que compõe o segundo período do segundo parágrafo classifica-se como subordinada adverbial comparativa.
- 11 Da leitura do texto, em que predomina a tipologia dissertativo-expositiva, entende-se que os dataístas atribuem ao fluxo de informações um valor supremo, sendo os dados a fonte definitiva de verdade e compreensão do mundo.

Espaço livre

Suposta esta primeira verdade, certa e infalível; a segunda cousa que suponho com a mesma certeza é que a restituição do alheio sob pena da salvação não só obriga aos súditos e particulares, senão também aos cetos e às coroas. Cuidam, ou devem cuidar alguns príncipes que, assim como são superiores a todos, assim são senhores de tudo, e é engano. A lei da restituição é lei natural e lei divina. Enquanto lei natural, obriga aos reis, porque a natureza fez iguais a todos; e enquanto lei divina, também os obriga, porque Deus, que os fez maiores que os outros, é maior que eles. Esta verdade só tem contra si a prática e o uso. Mas por parte deste mesmo uso argumenta assim São Tomás, o qual é hoje o meu doutor, e nestas matérias o de maior autoridade: a rapina, ou roubo, é tomar o alheio violentamente contra vontade de seu dono: “os príncipes tomam muitas cousas a seus vassallos violentamente, e contra sua vontade; logo, parece que o roubo é lícito em alguns casos, porque se dissermos que os príncipes pecam nisto, todos eles, ou quase todos se condenariam”. Oh que terrível e temerosa consequência e quão digna de que a considerem profundamente os príncipes, e os que têm parte em suas resoluções e conselhos! Responde ao seu argumento o mesmo Doutor angélico (...). Respondo (diz S. Tomás) que, se os príncipes tiram dos súditos o que segundo justiça lhes é devido para conservação do bem comum, ainda que o executem com violência, não é rapina ou roubo. Porém, se os príncipes tomarem por violência o que se lhes não deve, é rapina e latrocínio. Donde se segue que estão obrigados à restituição como os ladrões, e que pecam tanto mais gravemente que os mesmos ladrões, quanto mais perigoso e mais comum o dano com que ofendem a justiça pública, de que eles estão postos por defensores.

Padre Antônio Vieira. *Sermão do bom ladrão*. Pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa, no ano de 1655. Internet: <dominiopublico.com.br> (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes a ideias e aspectos gramaticais do texto precedente.

- 12 No trecho “porque a natureza fez iguais a todos” (quarto período), o emprego da preposição que introduz o segmento “a todos” justifica-se pela regência do verbo **fazer**, empregado, na estrutura sintática em questão, com dois complementos: um direto e um indireto.
- 13 No primeiro período, o segmento “do alheio” funciona como adjunto adnominal, entendendo-se do texto que ao “alheio”, ou seja, ao outro, ao estranho, cabe a ação de restituição para a própria salvação.
- 14 No quarto período, a supressão das vírgulas que isolam a oração “que os fez maiores que os outros” prejudicaria a coerência das ideias que sustentam o texto, baseadas na fé católica.
- 15 No texto, é evidente a concepção de que o poder real se justificava pelo direito divino dos reis.
- 16 No trecho “se os príncipes tomarem por violência o que se lhes não deve, é rapina e latrocínio” (penúltimo período), a estrutura sintática “o que se lhes não deve” corresponde a **o que não lhes é devido**.
- 17 No quarto período, o termo “maiores”, em “que os fez maiores”, é uma qualificação atribuída a “os”, forma pronominal cujo referente é “reis”, no trecho “obriga aos reis”.
- 18 No segmento “Enquanto lei natural” (quarto período), o termo “Enquanto” expressa circunstância de tempo concomitante.

- 19 Pela construção dos sentidos do trecho “Respondo (diz S. Tomás) que, se os príncipes tiram dos súditos o que segundo justiça lhes é devido para conservação do bem comum, ainda que o executem com violência, não é rapina ou roubo” (antepenúltimo período), é correto concluir que o termo “lhes” remete a “príncipes”.
- 20 No sexto período do texto, o trecho introduzido pelo sinal de dois-pontos empregado após o vocábulo “autoridade” consiste na explicitação do termo que está elíptico em “o de maior autoridade”.

Electoral accountability is a distinctively democratic form of accountability. Since officials typically seek reelection or election to a higher office, this potential sanction is regarded as a powerful inducement for them to explain their actions to electorates and serve their electorates' interests. In this conventional view, much of the activity of elected officials takes place “in the shadow of elections,” with the awareness that potential opponents may publicize their actions, if these seem likely to be unpopular with their electorates.

On the other hand, some recent work suggests that even in democracies, there is much less retrospective electoral accountability than the conventional view suggests. In a sense, this failure should not be surprising in light of democratic theory. Alexis de Tocqueville and John Stuart Mill emphasized in the mid-19th century the importance, for effective control of government, of alert and involved citizens. Alexis de Tocqueville observed that “the inhabitant of New England is attached to his township not so much because he was born there as because he sees in that township a free and strong corporation that he is a part of and that is worth his trouble to seek to direct.” Democracy, in Tocqueville's view, also relies on the existence of multiple voluntary associations, linked to political associations in multiple ways. In the words of John Stuart Mill, “the rights and interests of every or any person are only secure from being disregarded when the person is himself able, and habitually disposed, to stand up for them.”

Robert O. Keohane. *The Concept of Accountability in World Politics and the Use of Force*. Internet: <Repository.law.umich.edu> (adapted).

Considering the preceding text, judge the following items.

- 21 The passage ‘that he is a part of and that is worth his trouble to seek to direct’ (in the fourth sentence of the second paragraph), describes the relationship between ‘the inhabitant of New England’ and ‘a free and strong corporation’, which is ‘his township’.
- 22 As used in the text, the expression ‘in the shadow of elections’ (in the third sentence of the first paragraph) indicates that the activity of elected officials is influenced by their interest in the next election results.
- 23 In the last sentence of the text, the pronoun ‘them’ refers to ‘the rights and interests of every or any person.’
- 24 It is correct to infer from the ideas conveyed in the second paragraph of the text that the degree of effectiveness of electoral accountability varies according to the engagement of citizens in politics.
- 25 In the second sentence of the first paragraph, the word “Since” establishes a point in time that indicates when officials begin to “seek reelection or election to a higher office”.
- 26 The text mentions authors to whom the concept of accountability appeared in the 1800s due to the necessity of effective control of government.

Artificial intelligence (AI) has emerged as a game-changer in the public sector that is significantly improving financial accountability and governance. The implementation of AI technologies can lead to improved decision making, more efficient operations, and increased accountability and transparency in financial operations. For example, the integrity of financial systems has been notably enhanced through the application of artificial intelligence in areas such as fraud detection, regulatory compliance, and risk assessment. However, the implementation of artificial intelligence systems also introduces some challenges, including the need for strong frameworks to ensure accountability and trust in these systems, as well as ethical considerations and problems related to data governance. Furthermore, integrating artificial intelligence within the public sector needs a comprehensive strategy that involves ethical considerations and scientific progress.

It is important to address potential issues that are related to algorithmic bias, lack of transparency, and accountability in order to build public trust in government operations that are driven by AI. Therefore, it is important to develop ethical guidelines and governance frameworks that guide the appropriate use of artificial intelligence in financial decision making, ensuring that these technologies serve the public good. The relationship between AI, financial responsibility, and governance is a key area for the formulation of policies, as governments seek to use the potential of AI while maintaining democratic values and public trust.

Ceray Aldemir and Tuğba Uçma Uysal. **Artificial Intelligence for Financial Accountability and Governance in the Public Sector: Strategic Opportunities and Challenges.**
Internet: < www.mdpi.com > (adapted).

Concerning the previous text, judge the following items.

- 27 In the first paragraph of the text, the phrase “these systems” (in the fourth sentence) is referring back to both “financial systems” (in the third sentence) and “artificial intelligence systems” (in the fourth sentence).
- 28 In their text, the authors condemn the use of AI within the public sector mainly because of their concerns about the ethical guidelines that are already in force to regulate this kind of technology.
- 29 It would harm the coherence of the text if the first and the second sentences of the second paragraph were exchanged in position.
- 30 It is correct to infer from the text that democratic values and public trust can be jeopardized by the use of AI within the public sector if specific measures are not taken.

Ao analisar um relatório de fiscalização sobre a contratação de serviços de tecnologia da informação por um órgão federal, uma equipe de auditoria de um tribunal de contas identificou que a justificativa para a adoção de determinado modelo de contratação apoiava-se em afirmações genéricas, tais como “esse modelo é o mais moderno disponível no mercado” e “todos os órgãos públicos relevantes já o utilizam”. Além disso, durante a defesa apresentada pela administração, argumentou-se que eventuais falhas no planejamento seriam irrelevantes, pois “o desempenho da solução tecnológica supera amplamente qualquer risco residual”. Diante disso, essa equipe de auditoria precisou avaliar a consistência lógica dos argumentos apresentados, identificar possíveis falácias e assegurar que a comunicação dos achados fosse clara, objetiva e tecnicamente fundamentada, de modo a garantir o cumprimento dos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência.

A partir da situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 31 Suponha que a equipe de auditoria tenha optado por apresentar em seu relatório suas conclusões finais de maneira concisa, sem expor a linha argumentativa que levou a tais conclusões. Nesse caso, tal prática atende ao critério de comunicação eficiente de argumentos, desde que tais conclusões estejam tecnicamente corretas.
 - 32 Constitui um exemplo de argumento apelativo a afirmação: “Todos os órgãos públicos relevantes já utilizam esse modelo de contratação, logo essa é a escolha mais adequada.”.
 - 33 A utilização de terminologia técnica precisa na análise do auditor garante a comunicação eficiente de seus argumentos.
 - 34 Ao aplicar o senso crítico na análise da justificativa “esse modelo é o mais moderno disponível no mercado”, o auditor deve reconhecer que a alegação é insuficiente por ela não demonstrar a relação entre modernidade e adequação às necessidades da contratação.
 - 35 Ao rejeitar a relevância das falhas de planejamento sob o argumento de que “o desempenho da solução tecnológica supera amplamente qualquer risco residual”, a administração utiliza um argumento logicamente válido, pois desloca o foco da análise para critérios de eficiência, em conformidade com o papel institucional de gestão pública.
 - 36 Uma justificativa segundo a qual determinada ação administrativa “é a melhor alternativa possível porque não foram identificadas outras opções viáveis”, sem a apresentação do processo analítico que fundamentou a exclusão das demais alternativas, pode configurar uma falácia.
- Julgue os itens a seguir, acerca dos tipos e das formas de controle.
- 37 A criação de comissões parlamentares de inquérito (CPI) no Congresso Nacional para a apuração de fato determinado, por prazo certo, é uma ferramenta de controle político que depende da aprovação da maioria absoluta dos membros da casa onde ficará instalada a CPI.
 - 38 O controle administrativo, exercido de ofício pela administração pública, geralmente por meio do poder de recurso hierárquico, permite a órgão superior anular ou revogar atos praticados por órgão inferior, em decorrência do poder hierárquico.
 - 39 O controle de legalidade incide sobre a oportunidade e a conveniência do ato administrativo, sendo reservado, em regra, à própria administração pública, que o exerce por meio da prerrogativa da revogação.
 - 40 Pedido de informações dirigido por uma das casas do Congresso Nacional ou por qualquer de suas comissões a ministros de Estado e a titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República tem natureza de controle político, sendo tipificada como crime de responsabilidade a recusa injustificada de atendimento do pedido.
 - 41 Quanto à sua origem, o controle exercido por um órgão superior sobre os atos de um órgão inferior dentro da mesma estrutura hierárquica é classificado como controle externo.

A respeito do controle exercido pelos tribunais de contas, julgue os itens subsequentes.

- 42** O parecer prévio emitido pelos tribunais de contas sobre as contas do chefe do Poder Executivo tem natureza opinativa, e não vinculante.
- 43** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração pública direta e indireta, quando realizada pelo TCU, é exercida mediante controle externo e com auxílio do Poder Judiciário, que compartilha a responsabilidade pela fiscalização dos recursos públicos federais.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os seguintes itens.

- 44** O sucessor ou herdeiro de agente que tenha causado danos ao erário está sujeito às sanções da Lei de Improbidade Administrativa e deve responder pela integralidade das penalidades de ressarcimento integral do dano e multa civil, até o limite da herança.
- 45** A recusa injustificada do agente público em prestar a declaração de bens e valores no momento da posse ou quando solicitado, porque sabe da existência de irregularidades, configura ato de improbidade autônomo.

Julgue os itens a seguir, referentes ao contencioso administrativo e ao sistema da jurisdição una.

- 46** O Brasil adota o sistema de jurisdição una, podendo as decisões proferidas na esfera administrativa ser revisadas pelo Poder Judiciário.
- 47** A jurisdição una brasileira impede que a administração pública exerça qualquer tipo de controle de legalidade sobre seus próprios atos, exceto em casos de análise de recursos e avocação.

Julgue os próximos itens, acerca do controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro.

- 48** O mandado de segurança e a ação popular são remédios constitucionais que permitem o controle da legalidade dos atos administrativos, todavia o mandado de segurança não pode ser impetrado para proteger o patrimônio público, visto que a finalidade de proteger o erário é exclusiva da ação popular.
- 49** O controle jurisdicional da administração pública no Brasil é exercido pelo Poder Judiciário, com o objetivo de reexaminar o mérito do ato administrativo, podendo a avaliação judicial substituir a análise de oportunidade e conveniência realizada pelo gestor público.

No que diz respeito ao TCU, aos tribunais de contas dos estados (TCEs) e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), julgue os seguintes itens.

- 50** Em caso de ilegalidade na execução de contrato administrativo federal, sua sustação será realizada diretamente pelo Congresso Nacional, sendo vedado ao TCU efetuar-la, mesmo na omissão do Poder Legislativo.
- 51** Os TCEs e o TCDF atuam de forma coordenada e hierarquicamente subordinada ao TCU, conforme previsto na Constituição Federal de 1988.

Acerca da nova gestão pública, das funções administrativas e da estrutura organizacional, julgue os itens seguintes.

- 52** Segundo a teoria clássica da administração, a estrutura de uma organização é sustentada por seis funções essenciais: técnicas, comerciais, financeiras, de segurança, contábeis e administrativas, sendo as administrativas responsáveis pela coordenação e sincronização das demais no nível de cúpula.
- 53** A modernização da gestão pública brasileira é caracterizada pelo aumento do controle regulatório para o combate do custo Brasil, o que resulta na priorização da legalidade e da gestão de riscos em detrimento da inovação tecnológica e da melhoria da experiência do usuário.
- 54** Organização é a função administrativa que se concentra na definição de objetivos e metas de longo prazo, estabelecendo a direção futura e as decisões estratégicas a serem tomadas pelas organizações.

Considerando os desafios da gestão de pessoas, bem como aspectos de liderança, julgue os itens a seguir.

- 55** A liderança deve promover um clima de segurança psicológica baseado na confiança e catalisar eventual conflito de ideias em favor do comprometimento e da responsabilidade recíproca, alinhando as necessidades individuais ao foco em resultados estratégicos.
- 56** Instabilidade, imprevisibilidade e transformações são fatores característicos da era da informação que desafiam a gestão de pessoas na implementação de estratégias voltadas para a inovação, a excelência, a competitividade e a sustentabilidade organizacional.

Julgue os seguintes itens, referentes a técnicas de mapeamento de processos e a aspectos de gestão de projetos.

- 57** O *scrum master* atua como líder servidor e facilitador do time, dedicando-se a eliminar impedimentos para o fluxo de trabalho e ensinar a metodologia Scrum, postura que se distingue da liderança focada em comando e controle.
- 58** Lacuna existente entre o desenho de processos e sua implementação em sistemas pode ser suprida com o uso da notação BPMN (*Business Process Modeling Notation*), composta pelo diagrama BPD (*business process diagram*).
- 59** O termo de abertura de um projeto é o artefato que detalha o escopo completo do trabalho, estabelecendo as especificações técnicas, os critérios de aceitação e a estrutura analítica, e cuja elaboração se inicia após a aprovação formal das justificativas de negócio pelo cliente final.

Julgue os próximos itens, acerca de administração de materiais e ESG.

- 60** A adoção de padrões ESG promove o aumento dos custos operacionais da organização e expõe os *stakeholders* a vulnerabilidades.
- 61** Na gestão de materiais, o recurso material, em sentido estrito é um bem físico e tangível, de natureza não permanente, que, em geral, consiste em material de consumo e compõe o estoque da organização.

Julgue os itens a seguir, em relação ao poder constituinte, à mutação constitucional e aos elementos e às classificações da constituição.

- 62** O poder constituinte decorrente compreende, além do poder de reforma da constituição federal, o poder constituinte derivado, que consiste no poder atribuído pelo constituinte originário aos estados-membros de uma federação para a elaboração de suas constituições locais.
- 63** Constituições rígidas são aquelas que só podem ser modificadas por mecanismos formais.
- 64** O poder constituinte originário existe em todas as sociedades politicamente organizadas.
- 65** O poder constituinte originário caracteriza-se pela instauração de uma nova ordem jurídica estatal, em uma ruptura da ordem anterior.
- 66** Permanência, estabilidade e possibilidade de mudança são exigências recíprocas para que uma constituição permaneça em vigor não apenas simbolicamente.

Acerca do direito à licença-paternidade, julgue os itens seguintes.

- 67** O direito à licença-paternidade é extensível aos servidores públicos por força da própria Constituição Federal de 1988, sendo vedado o estabelecimento de prazos diferenciados da licença para trabalhadores celetistas e para servidores públicos.
- 68** Enquanto não editada a lei regulamentadora sobre a licença-paternidade, o trabalhador que desejar usufruir individualmente desse direito poderá impetrar mandado de injunção perante o juízo competente.

A respeito da organização do Estado brasileiro e da repartição de competências, julgue os itens subsequentes.

- 69** Em razão da competência concorrente para legislar sobre produção e consumo, aos estados-membros é facultado impor, por lei, às empresas seguradoras de automóveis a obrigação de comunicar ao DETRAN todos os sinistros de veículos registrados com perda total no respectivo território.
- 70** Por competir privativamente à União legislar sobre direito penal, a criação de tipo penal por meio de lei estadual consubstancia inconstitucionalidade formal manifesta e incontornável.
- 71** Em razão da competência concorrente para legislar sobre direito tributário, aos estados-membros é facultado instituir, por lei, programa de renegociação, regularização fiscal ou de parcelamento de débitos de ICMS que limite a fixação de honorários sucumbenciais a percentual estabelecido em lei estadual.
- 72** A pluralidade consorciada e coordenada de mais de uma ordem jurídica incidente sobre um mesmo território estatal é um elemento nuclear qualificador do Estado federal.
- 73** Na forma federativa de Estado, as unidades federadas são dotadas de autonomia e de capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração.

Com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 11.462/2023, julgue os itens a seguir, referentes a licitações públicas.

- 74** É permitida a adoção de margem de preferência de até 25% nas licitações para a aquisição de produtos manufaturados advindos do MERCOSUL.
- 75** O edital de licitação para registro de preços pode prever diferentes preços em razão da forma e do local de acondicionamento dos objetos a serem adquiridos.

Julgue os seguintes itens, à luz do disposto na Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa.

- 76** Pessoa jurídica de direito privado à qual seja imputado ato ímprobo responderá integralmente pela prática do ato, ainda que demonstrado benefício direto a sócio.
- 77** O acordo de não persecução cível pode ser proposto em qualquer fase do processo, inclusive no grau recursal, desde que haja a confissão formal e a reparação integral do dano.

Acerca de agentes públicos, processo administrativo disciplinar e controle judicial, julgue os próximos itens.

- 78** O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.
- 79** A destituição de cargo em comissão em razão de falta grave praticada no exercício das atribuições do cargo exige a instauração de processo administrativo disciplinar somente quando o cargo é ocupado por servidor efetivo.
- 80** É permitido ao servidor público participar do conselho de administração e fiscal em sociedade cooperativa prestadora de serviços a seus membros.
- 81** É obrigatória a instauração de processo disciplinar quando ilícito praticado por servidor público ensejar a imposição da penalidade de suspensão por período superior a trinta dias.

Julgue os itens subsequentes, relativos à organização administrativa, ao controle da administração pública e aos atos administrativos.

- 82** É vedado à administração pública exigir das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCI) contrapartida financeira como requisito para a celebração de parceria, sendo, contudo, permitida a exigência de contrapartida em serviços.
- 83** A administração pública pode anular os próprios atos administrativos por motivos de conveniência e oportunidade, desde que respeitado o interesse público primário.
- 84** As fundações públicas não podem ser qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCI).
- 85** O Congresso Nacional, no exercício do controle externo, somente poderá sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar se houver parecer prévio do TCU.

Acerca de auditoria governamental e seus instrumentos de fiscalização, julgue os itens a seguir.

- 86** No âmbito das auditorias operacionais, a análise da economicidade e da eficiência prescinde de avaliação normativa, concentrando-se, em geral, na análise empírica dos processos, dado que aqueles atributos não estão vinculados à legalidade ou à legitimidade dos atos administrativos.
- 87** A inspeção é um instrumento de fiscalização indireta e permanente e realiza-se obrigatoriamente *in loco*, para o esclarecimento de indícios de irregularidade ou a obtenção de informações específicas.
- 88** O levantamento é um instrumento de fiscalização utilizado pelo TCU com a finalidade de avaliar a viabilidade da realização de futuras ações de controle, sendo vedada a emissão de juízo de valor sobre a legalidade dos atos examinados durante o levantamento.
- 89** A auditoria governamental conduzida pelo TCU pode abarcar tanto a avaliação dos controles internos da entidade auditada quanto a efetividade das políticas públicas executadas, com base em metodologia estruturada e com foco no interesse público.

Em relação aos tipos de auditoria e às respectivas normas aplicáveis, julgue os seguintes itens.

- 90** Na auditoria operacional, a ausência de normativos legais específicos impossibilita o estabelecimento de critérios válidos para a avaliação da efetividade das ações governamentais.
- 91** Nas auditorias financeiras realizadas pelo controle externo, é obrigatório o uso das normas internacionais de contabilidade do setor privado, devido à ausência de normas contábeis específicas para o setor público.
- 92** A NBASP-100 estabelece que a atuação das instituições superiores de controle deve ser pautada pelos princípios de independência, transparência, responsabilidade e integridade.
- 93** A auditoria de conformidade tem como objetivo principal avaliar se as atividades, transações e informações estão de acordo com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade.

Considerando o planejamento e a execução da auditoria, julgue os itens subsequentes.

- 94** A matriz de planejamento é uma ferramenta estruturante da elaboração da auditoria, utilizada para organizar os objetivos, os critérios, as perguntas de auditoria, os procedimentos e os riscos identificados, de modo a permitir o encadeamento lógico do trabalho.
- 95** A revisão analítica é uma técnica cuja utilização é condicionada ao encerramento da auditoria, não podendo ser aplicada como procedimento de avaliação preliminar de riscos.
- 96** A técnica da circularização é útil para a obtenção de evidência de terceiros quanto a saldos ou informações declaradas pela entidade auditada, agregando confiabilidade à auditoria.
- 97** A definição dos critérios de materialidade e de risco no planejamento da auditoria permite ao auditor focar sua atuação nos aspectos mais relevantes da entidade auditada, otimizando recursos e aumentando a eficácia da auditoria.

A respeito das evidências de auditoria e da comunicação dos resultados de auditoria governamental, julgue os próximos itens.

- 98** Achados de auditoria podem ser fundamentados em evidências circunstanciais, desde que devidamente qualificadas quanto às suas limitações e corroboradas por outros elementos.
- 99** A inexistência de dano financeiro direto impede a caracterização de achado de auditoria.
- 100** A ausência de ilegalidade ou irregularidade inviabiliza a formulação de recomendações em relatório de auditoria.

Espaço livre